

**ATA DA 29.ª REUNIÃO,
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2022**

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município e nas instalações do Edifício.

Membros Eleitos presentes na Sessão: Paulo Jorge Lopes Teixeira, em substituição de Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles, em substituição de José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Mário José Machado Faria e Almeida Praça, em substituição de Miguel Botelho Gomes Barbosa; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Fernanda Perpétua Rodrigues; Manuel Fernando Vilas Boas Figueiredo em substituição de Miguel Almeida Côrte-Real Gomes; Mário Filipe Amorim Faria de Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Odete Maria Alves da Silva Patrício; Tiago Francisco Mendes de Vasconcelos Lourenço, em substituição de Sílvia Lopes Soares; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Carlos Aníbal Marques de Magalhães, em substituição de Luís Artur Ribeiro Pereira; Rui Carlos Morais Lage; Fernando Pedro Mouta Monteiro; Tomás Pinto Cardoso Almeida, em substituição de Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição de José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Manuel Cardoso Monteiro; Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro; Francisco Peixoto de Pinho Bastos, em substituição de Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; José Jerónimo Macedo de Matos Fernandes, em

W

RP



Assembleia Municipal

substituição de Rui Pedro da Silva Afonso; Marco Regis Lacomblez Leitão, em substituição de Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; Sofia da Costa Pimenta de Sá Azevedo; Ana Paula Pinto Coelho Lopes Lobo Cardoso, em substituição de Patrícia Filipa Moreira Teixeira; João Paulo Marques de Carvalho; José Manuel Pinto Varela; Alfredo dos Santos Fontinha; Cláudia Susana Fonseca Ferreira da Silva de Faria Bravo, em substituição de Nuno Miguel Borges Alves Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Helena Isabel da Silva Maia; Rodrigo Teodoro Passos; Maria de Fátima Ferreira da Silva.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, Maria da Graça Cunha da Costa Gualter de Vasconcellos Alves, em substituição de João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Pedro de Sousa Mayan Gonçalves; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitoria, Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, José Miguel Frazão Lello, em substituição de Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, **o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, declarou aberta a Sessão.**

Feita a chamada verificou-se estarem **presentes 44 Membros da Assembleia Municipal.**

– PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DA ORDEM DO DIA –

(N.º 5, art.º 38.º do Regimento)

1. Informações gerais e Expediente

- Minuta da Ata e Edital da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 24 de outubro de 2022.

- Voto de Saudação aprovado em Sessão da Assembleia Municipal de Lisboa realizada no dia 11 de outubro intitulado “A cidade de Lisboa saúda a memória dos constituintes liberais, reafirma o reconhecimento pelo seu patriotismo e amor à liberdade e assinala a importância fundamental da Revolução de 1820 e da primeira Constituição Portuguesa de 1822 para a edificação do Portugal moderno.” (NUD/613437/2022/CMP)

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Adriano Moreira, proposto pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Aqui Há Porto.**

NUD/629020/2022/CMP

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, fez referência ao percurso de vida de Adriano Moreira, elogiando as suas características pessoais, políticas e profissionais, dando nota de alguns dos seus legados enquanto Ministro do Ultramar, durante o Estado Novo, e enquanto Professor, Pensador e Político.

Mencionou algumas das condecorações do homenageado e apresentou profundo pesar pela sua partida.

Manuel Monteiro, Membro do Grupo Municipal PSD, mencionou as características pessoais, sociais, políticas e intelectuais de Adriano Moreira, reconhecidas através da atribuição de diversas distinções honoríficas, e subscreveu o Voto de Pesar.

Elisabete Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, reconhecendo o percurso político e democrático de Adriano Moreira depois do 25 de Abril de 1974, bem como a sua



Assembleia Municipal

carreira profissional e características pessoais, lembrou que tinha sido também um alto dirigente do regime político de Ditadura em Portugal, durante o qual foram perseguidos cidadãos, referindo o caso específico do Professor Vitorino Magalhães Godinho, Professor Catedrático demitido por ter apoiado um movimento estudantil durante esse período.

Mencionou também outros atos públicos e tomada de decisões enquanto membro do Governo de António de Oliveira Salazar, uma das quais a reabertura do campo de concentração do Tarrafal.

Informou que, não cumprindo o Voto de Pesar com o dever de Memória e de Honra às Vítimas da Ditadura, o Bloco de Esquerda se iria abster.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, disse que iria fazer chegar ao Grupo Municipal BE um documento sobre o campo de concentração do Tarrafal em que poderia verificar-se não serem verdade as afirmações feitas na intervenção anterior.

Entrou na Sala João Paulo Carvalho, Membro do Grupo Municipal RM.

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 36 votos a favor (20 RM + 6 PS + 8 PSD + 1 PAN + 1 CH); 3 votos contra (CDU) e 6 abstenções [3 BE e 3 PS (Rui Lage, Odete Patrício, Maria da Graça Vaz)].

Rui Lage, Líder do Grupo Municipal PS, disse que iria apresentar uma declaração de voto por escrito (Anexo I).

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Pimenta, proposto pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.**

NUD/630237/2022/CMP

Elisabete Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, fez uma apresentação sobre a vida pessoal e o vasto e reconhecido percurso profissional do Professor Carlos Pimenta.

Entrou na sala Tiago Lourenço, Membro do Grupo Municipal PSD.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, lamentou o falecimento do Professor Carlos Pimenta, reconhecendo o seu contributo para a Academia, apesar de nem sempre terem concordado politicamente. Informou que o Grupo Municipal RM se associava ao Voto de Pesar.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que também iriam subscrever o Voto de Pesar.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, fez cumprir um minuto de silêncio.

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

(art.º 40.º Regimento)

- 1. Designação de até dois representantes das freguesias do Município do Porto para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais - CMGIFR.**

NUD/601037/2022/CMP



Assembleia Municipal

Deliberação: Aprovada, em votação por escrutínio secreto, com 41 votos a favor e 5 votos em branco, a designação de **Paulo Jorge Pinto Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã**, e **Carla Sofia da Silva Soares Maia, Presidente da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos**, como representantes das freguesias do Município do Porto para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais - CMGIFR.

2. Deliberação sobre Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais para os anos de 2023 e 2024 referentes a Prestação de serviços de medicina preventiva e curativa (PE/75/2022).

NUD/556705/2022/CMP

Elisabete Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, fez um resumo da proposta e reconheceu a importância dos serviços visados, perguntando se não poderiam ser os mesmos integrados na estrutura interna do Município.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, referiu os pontos principais da proposta e informou que votaria favoravelmente.

Filipe Araújo, Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto, disse que a Câmara Municipal, ao proporcionar um espaço interno para a prestação dos serviços de medicina preventiva e curativa aos seus colaboradores, cumpria os requisitos legais e que entendia que não fazia sentido internalizar os serviços tendo em conta a abrangência de especialidades médicas necessárias.

Joana Rodrigues, Membro do Grupo Municipal CDU, deu uma nota positiva à preocupação demonstrada com a saúde dos trabalhadores do Município, deixando também a sugestão de uma possível internalização dos serviços de medicina, tal como acontece

na Sociedade de Transportes Colectivos do Porto – STCP e na Caixa Geral de Depósitos.

Fez referência a outras questões laborais que gostariam de ver abordadas e informou que a proposta teria o voto favorável.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

3. Deliberação sobre autorização para assunção prévia de compromissos plurianuais referentes à ÁGORA – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. - atualização.

NUD/562852/2022/CMP

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, disse que as responsabilidades assumidas pela Ágora nos assuntos da Cultura deveriam estar sob a tutela da Câmara Municipal do Porto e ter um Vereador totalmente dedicado, referindo-se ao facto de o Pelouro ser assumido, em cúmulo de funções, pelo Presidente da Câmara.

Deixou algumas notas sobre o orçamento e as dotações previstas para cada rubrica, dizendo que gostaria de ter informação adicional sobre a aquisição de serviços para enriquecimento curricular, que pensava estarem sob a tutela do Pelouro da Educação.

Sugeriu a internalização dos serviços de vigilância e limpeza.

Terminou, regozijando-se com a reabertura prevista para breve do Cinema Batalha.

José Manuel Varela, Membro do Grupo Municipal CDU, resumiu a proposta e questionou se a necessidade de a mesma ser apresentada seria uma suborçamentação das despesas no orçamento anterior. Informou que se absteriam na votação.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto, esclareceu que a ÁGORA não estava dedicada apenas à Cultura pelos motivos conhecidos por todos e sublinhou

que era necessário haver uma Empresa Municipal para esta área de modo a permitir a concretização dos programas que um Pelouro não conseguiria executar por constrangimentos legais. Disse que um desses constrangimentos era o enquadramento das categorias profissionais da Função Pública e deu como exemplo o caso da contratação do Programador para a Feira do Livro, pessoa com comprovada experiência e conhecimento para a função, mas que, por não ser licenciado, teria de ser enquadrado obrigatoriamente na categoria de Assistente Técnico se fosse contratado diretamente pela Câmara Municipal.

Respondendo à questão de a Cultura não ter um Vereador dedicado, disse que o modelo se manterá porque ter o Presidente da Câmara como Vereador da Cultura reflete a importância que o Executivo dá a esta área.

Rui Lage, Líder do Grupo Municipal PS, lembrou o envolvimento do Partido Socialista na alteração legislativa que permitiu a criação da ÁGORA, Empresa Municipal essencial para a cultura na cidade.

Deliberação: Aprovada, por maioria com 40 votos a favor (20 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 abstenções (3 CDU + 3 BE).

4. Deliberação sobre alteração do Regulamento da Taxa Municipal Turística.

NUD/559245/2022/CMP

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, resumiu a proposta e informou que votaria favoravelmente.

Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, referiu que o Bloco de Esquerda tinha sido o impulsionador da criação e implementação da taxa turística na cidade do Porto,

proposta que tinha levantado desconfiança entre as outras forças políticas, mas era hoje consensual.

Disse que concordavam com as alterações propostas mas que seria possível melhorar ainda mais a redação do documento, para alargar a sua abrangência.

Solicitou informação adicional sobre valores, áreas e a sua aplicação.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto, esclareceu que estariam a falar de um valor estimado de taxa turística de 15 milhões de euros no presente ano.

Disse que nunca tinha estado contra a aplicação da taxa, apenas tinha questionado o seu enquadramento legal, situação ultrapassada após a solicitação de pareceres que ajudaram a construir o atual modelo implementado no Porto. Fez uma comparação entre os valores cobrados no Porto e Amsterdão para demonstrar o equilíbrio do valor decidido.

José Manuel Varela, Membro do Grupo Municipal CDU, disse que a proposta trazia um alargamento à aplicação atual da taxa.

Referiu que a taxa era essencial para a gestão do espaço público nos impactos causados pelo turismo, mas que havia casos que deviam ser isentos, como naqueles apresentados no documento, pelo que votariam a favor.

Fernanda Rodrigues, Membro do Grupo Municipal PS, informou que a proposta teria o voto favorável do PS.

Fez uma observação sobre a isenção prevista para as Peregrinações Religiosas, dizendo que o turismo religioso era bastante alargado, pelo que gostava que a mesma não se restringisse apenas à Peregrinação a Santiago de Compostela.

Considerando o valor estimado a arrecadar, pediu ao Executivo que pensasse na aplicação destas verbas a atividades de combate à pegada turística, adicionais às já praticadas. Perguntou se era possível ter os números da taxa de incumprimento no pagamento da taxa turística por parte dos Alojamentos Locais.



Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto, disse que a Lei não permitia a consignação de receitas e citou o primeiro artigo do Regulamento da Taxa Municipal Turística onde está definido como aplicar os valores arrecadados em novos investimentos e despesas para a mitigação da pegada deixada pelo turismo na cidade.

Rodrigo Passos, Membro do Grupo Municipal PSD, elogiou a sensatez da proposta apresentada e disse que iriam votar favoravelmente.

Mário Amorim Lopes, Membro do Grupo Municipal RM, disse que a proposta permitia aprimorar a taxa atualmente aplicada, dando nota de alguns pontos que iriam ser alterados ou implementados de novo.

Referindo-se à intervenção de Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, disse que o turismo tinha voltado a trazer vida ao centro da cidade do Porto, pelo que deveria ser encarado como uma atividade económica de valor.

Fernanda Rodrigues, Membro do Grupo Municipal PS, pediu novamente informação sobre a taxa de incumprimento no pagamento da taxa turística.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto, informou que andaria à volta dos 6%.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, informou o Plenário que, conforme acordado previamente em reunião da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa, os Pontos n.º 5 e 6 seriam discutidos em conjunto e votados em separado.

5. Deliberação sobre autorização da contratação de empréstimo a longo prazo para a execução de programa de investimentos.

NUD/603643/2022/CMP

6. Deliberação sobre autorização de reprogramação e/ou alteração à lista de investimentos constantes do Anexo I dos contratos de empréstimo celebrados com BANKINTER, Caixa Geral de Depósitos e Caixa de Crédito Agrícola.

NUD/603747/2022/CMP

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, fez um resumo das propostas, concordando com a escolha das instituições bancárias envolvidas na proposta número 5.

Deixou uma nota sobre a instabilidade financeira vivida no momento, desejando que a mesma não causasse grandes impactos na execução dos planos apresentados.

Mostrou algum desapontamento com o facto de algumas propostas do PAN não fazerem parte dos programas a executar e informou que votariam ambas as propostas favoravelmente.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que a Lei, por vezes, provocava situações caricatas, como a de obrigar a aprovar empréstimos e a analisar listas de investimentos que apenas iriam constar do próximo orçamento do Município, ainda não fechado nem deliberado.

Fez referência ao empréstimo de 56.6 Milhões de euros contraído durante a Pandemia para fazer face a possíveis imprevistos durante esse período, dizendo que essa linha de crédito ainda não tinha sido utilizada na totalidade pelo que a Câmara ficaria agora com uma linha de crédito de mais de 100 Milhões de euros para utilizar. Analisou os *spreads* envolvidos e disse que as condições contratadas eram boas.



Explicando algumas rubricas orçamentais, como o saldo de gerência, e analisando a justificação apresentada para a contratação de novo empréstimo, mostrou dúvidas sobre a sua real necessidade e disse que a CDU se absteria na votação.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto, concordou com a avaliação técnica feita pelo Líder do Grupo Municipal CDU.

Disse que as boas condições conseguidas nos empréstimos contraídos eram fruto da boa reputação do Município.

Explicou que as linhas de crédito seriam utilizadas caso fosse necessário, enquadrando-as nos instrumentos legais à disposição das Autarquias para construção de um orçamento baseado num conjunto de artifícios decorrentes de uma Lei que não percebe e com a qual não concorda, por entender que penaliza os Municípios de boas contas.

Deu algumas explicações adicionais sobre como é planeado um orçamento municipal. Deixou uma nota sobre a incerteza nas previsões da receita do ano seguinte, motivada pela inflação, dizendo que, ao contrário do Estado que arrecada mais impostos com a mesma, os Municípios têm mais custos por via de aumentos vários, como os salários, despesas de investimento e outros. Disse que já tinha manifestado ao Governo a sua preocupação com este assunto.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, disse que a capacidade de endividamento dos Municípios é um mecanismo essencial na garantia de respostas à população.

Mostrou desconforto com a forma como estas propostas são apresentadas e têm de ser deliberadas, ainda que entenda que decorra de imposições legais.

Saudou o esforço do Executivo em tentar antecipar a apresentação de dados indicativos sobre o possível orçamento, com a promoção de reuniões preparatórias com os Membros da Assembleia Municipal, mas gostaria que fosse possível negociar antecipadamente as propostas de investimento a constar do orçamento.

Deixou uma nota negativa sobre o facto de as listas de investimentos serem disponibilizadas entre o denso volume de documentos de suporte ao orçamento, dificultando a sua análise detalhada.

Fez uma breve análise a alguns dos pontos das propostas em deliberação e disse que o valor dos dois empréstimos pareciam ser de um valor superior ao que o Município tem precisado de utilizar em anos anteriores, manifestando dúvidas na necessidade da contratação dos financiamentos.

Chamou a atenção para o possível impacto da transferência de competências e da inflação nas contas do Município, deixando uma nota de preocupação.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto, esclareceu que, na documentação apresentada na presente Sessão, constava um mapa detalhado da lista de investimentos objeto de reprogramação que poderia ser analisado.

Disse depois que, não sendo possível entrar nesta altura em discussão sobre o orçamento, gostaria de partilhar com a Assembleia Municipal que o Executivo já dispunha de dados mais fiáveis sobre a receita.

Concordou com a possibilidade de não ser necessário utilizar a totalidade das linhas de crédito contratadas, mas que a incerteza decorrente da conjuntura atual obrigava a um planeamento prudente e providente, pelo que tinham decidido contratar estes valores. Referindo-se à transferência de competências, disse que estava sobretudo preocupado com a área da solidariedade social e que, por isso, estavam a fazer um orçamento com base no pior cenário possível.

Fez algumas comparações na forma de abordagem deste assunto por parte de diferentes Municípios e criticou os critérios utilizados pelo Governo na distribuição de competências e respetivas verbas, explicando brevemente o que envolve a assunção de competências na área da solidariedade social.

Terminou, dizendo que têm tentado obter respostas por parte do Governo sobre este assunto, mas que não têm ainda os dados que considerariam ser os indicados.



Rui Lage, Líder do Grupo Municipal PS, disse que o Município do Porto, com as suas políticas de boas contas, tinha uma capacidade de endividamento invejável que poderia levar a mais investimento.

Comparou as boas contas e reputação do Município às boas práticas e reputação do Governo.

Informou que iriam votar favoravelmente.

Relativamente à listagem de investimentos, disse que era um documento formal que só poderia ser discutido mais tarde, mas que demonstrava o muito que ainda estava por fazer pelo Executivo.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto, explicou que o financiamento obtido só pode ser utilizado em investimento e não em despesa corrente, o que num cenário de subida acentuada de inflação poderá causar dificuldades a alguns Municípios, se o Governo não tomar as medidas corretivas necessárias.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, referiu a importância de ter “bom crédito na praça” para obter boas condições de financiamento e deu exemplos de alguns pormenores dos contratos negociados pelo Município para suportar a sua afirmação.

Disse depois que, não só havia muita obra feita, como ambição para fazer mais, depositando total confiança no atual Executivo para levar a cabo esse trabalho.

Deliberação ponto 5: Aprovada, por maioria com 43 votos a favor (20 RM + 9 PS + 9 PSD + 3 BE + 1 PAN + 1 CH) e 3 abstenções CDU.

Saiu da sala Luís Miguel Seabra de Freitas (PSD).

Deliberação ponto 6: Aprovada, por maioria, com 42 votos a favor (20 RM + 9 PS + 8 PSD + 3 BE + 1 PAN + 1 CH) e 3 abstenções CDU.

Entrou na sala Luís Miguel Seabra de Freitas (PSD).

E nada mais havendo a tratar, **o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feye de Azevedo, leu e submeteu à votação a Minuta da Ata que foi aprovada, por unanimidade, declarando encerrada a Sessão, eram 23h15.**

O Presidente da Assembleia Municipal



Sebastião Feye de Azevedo

A Primeira Secretária



Isabel Menéres Campos



Anexo I: Declaração de Voto apresentada por Rui Lage, Líder do Grupo Municipal PS, relativa ao Voto de Pesar pelo falecimento de Adriano Moreira, proposto pelo Grupo Municipal Rui Moreira - Aqui há Porto.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Relativa ao Voto de Pesar pelo falecimento de Adriano Moreira, apresentado pelo Grupo Municipal Rui Moreira - Aqui há Porto, na sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Porto realizada no dia 31 de Outubro de 2022.

No ano de 1968, Carlos Cardoso Lage, o meu pai, então oficial miliciano que não ocultava a sua discordância face à ditadura salazarista e à política colonial, foi detido por decisão do comando das Forças Armadas, sendo-lhe levantado um processo de averiguações em que era acusado de ser inimigo da política ultramarina do Governo português e de, através da discussão política, pretender corroer a coesão moral no seio das Forças Armadas, tendo assumido sem ambiguidades a primeira acusação e recusado a segunda. Um mês depois seria enviado para a Casa de Reclusão Militar de Lourenço Marques, onde permaneceu cerca de meio ano até ser entregue à PIDE/DGS, em finais de 1968, e logo levado para os cárceres da polícia política na cadeia da Machava, considerada a pior das prisões portuguesas de África durante a guerra colonial. Aqui ficou preso preventivamente até Janeiro de 1972, data da sua iníqua condenação, em Tribunal Militar Especial (instância onde eram julgados os casos políticos das colónias), a três anos e meio de prisão por crimes contra a segurança do Estado e à perda de direitos políticos por quinze anos, uma pena de prisão inferior àquela que já havia cumprido preventivamente e que, em vez de resultar na sua imediata libertação, fez com que continuasse detido por mais um longo período, até finais de 1973. Dos vários anos de prisão preventiva na Machava, dois foram passados em cela solitária.

Ao fim de mais de cinco anos de cativeiro, foi restituído à liberdade em Novembro de 1973, regressando a Portugal a tempo de assistir à Revolução de Abril de 1974. No Porto, filia-se no Partido Socialista, e, em Agosto do mesmo ano, é escolhido para integrar a lista do PS à Assembleia Constituinte, em 5º lugar pelo círculo do Porto.

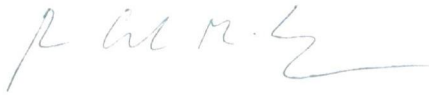
No falecimento de Adriano Moreira, comove-me a perda do pai de uma colega de bancada na Assembleia da República e demove-me a memória do sofrimento do meu próprio pai. Certamente, o sofrimento individual que aqui evoco não pode atribuir-se a qualquer decisão direta ou indireta do Professor Doutor Adriano Moreira, desde logo pelo desfasamento temporal entre os acontecimentos por mim relatados e o período em que este deteve a pasta ministerial do Ultramar.

Todavia, não posso deixar de evocar o sofrimento, ao longo de décadas, de milhares de outros presos políticos às mãos de um regime cuja crueldade tinha no Ultramar - e nas opções

ultramarinas do Estado Novo, caucionadas, concebidas ou executadas por sucessivos governantes - a sua expressão máxima. Muitos desses presos políticos, de diversas nacionalidades, não sobreviveram aos maus-tratos, às torturas físicas e à eliminação por diversas formas. A partir do cativeiro, pôde o meu pai, com grave risco de vida, difundir para o exterior nomes de prisioneiros moçambicanos que a PIDE planeava eliminar por inanição. O meu sentido de voto não encerra nenhum juízo pessoalizado no Professor Doutor Adriano Moreira, cuja partida humanamente lamento e cujo valor académico e intelectual é patente antes e depois do advento do regime democrático. Tal como é inequívoca a sua adesão às regras e ao éthos do regime democrático. O que a minha abstenção transporta é uma incapacidade de distanciamento de um juízo geral sobre a dominação colonial obra pelo Estado Novo, regime do qual o Professor Adriano Moreira foi destacada personalidade, e, ainda que durante um curto hiato temporal, ministro do Ultramar. Confrontado com o presente voto de pesar, o meu coração e a minha consciência antagonizam-se de forma irremediável e só a abstenção alcança harmonizá-los na minha balança moral. Eis, de forma sumária, porque entendi abster-me nesta votação.

Porto, 31 de Outubro de 2022

O membro da Assembleia Municipal do Porto,



(Rui Lage)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 29.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2022.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 31 de outubro de 2022. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 29.^a reunião.

Deliberada em Sessão Extraordinária de 27 de junho de 2023.

O Presidente

Sebastião Feyo de Azevedo

A 1.^a Secretária

Isabel Menéres Campos

A 2.^a Secretária

Carla Leitão